

ÁGUAS DO CONHECIMENTO: DESLOCAMENTOS E CONFLUÊNCIAS ENTRE O TRADICIONAL E O ACADÊMICO¹

Geri Augusto | *Brown University*, EUA

Professora do Centro de Estudos sobre Escravidão e Justiça (CSSJ), diretora do Programa de Estudos de Desenvolvimento do *Watson Institute* e membro do Comitê Diretor da Iniciativa de Estudos Indígenas e Nativos Americanos (Naisi) da *Brown University*.

Célia Nunes Corrêa Xakriabá | Povo Indígena Xakriabá, Minas Gerais, Brasil

Doutoranda em Antropologia Social na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mestra em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais.

Valéria Pôrto | Quilombo Pau D'Arco e Parateca, Bahia, Brasil

Mestra em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais.

Transcrição: Manuella Sales Rodrigues

Edição: Mônica Nogueira

Geri Augusto

Boa noite a todos e a todas. Quero começar pedindo a benção dos meus antepassados e expressando minhas condolências às famílias que perderam entes queridos para a Covid-19, no Brasil e nos Estados Unidos. Sabemos que em ambos os países a maioria dessas vítimas é composta por trabalhadores negros, indígenas e outros sujeitos de cor. Devo reconhecer que o meu lugar de fala, neste momento, é o da terra do povo Narragansett².

Para este debate, me inspiro em uma citação que extraí do site do Mespt: “um crescente movimento de insurgência em relação às narrativas hegemônicas e formas de conhecer

¹ Conferência realizada em 24 de março de 2021, como parte da programação de celebrações pelos 10 anos do Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (Mespt). A conferência foi realizada de forma remota e sua gravação encontra-se disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1s7wn8WJ3-4>.

² Povo indígena da região de Rhode Island, na América do Norte.

estabelecidas na Universidade”. Então, vamos conversar sobre dialogar com outros saberes ou em que águas podemos navegar daqui para frente?

Eu adoto algumas luzes orientadoras, quando procuro articular questões relativas à pesquisa, ao ensino e ao engajamento público. As luzes que eu utilizo como guias nessas situações são as ideias da Linda Tuhiwai Smith, pesquisadora e estudiosa maori, da Nova Zelândia. Ela nos fala de transformar a pesquisa por meio do conhecimento indígena, ressignificando, restaurando, nomeando, protegendo, criando, descobrindo, compartilhando. Também me orienta a noção do escritor ganês Ayi Kweni Armah, sobre práticas epistêmicas indígenas e africanas, dentre as quais destaco três: ouvir “até que o senso de concordância entre os companheiros fique claro”; estar aberto para mudanças, para o movimento, a aprendizagem e a inovação; e utilizar a dor e o sofrimento como estímulo à busca de conhecimento e ao trabalho consciente de aguçamento da inteligência. Com essas luzes sobre as águas, quero levantar quatro perguntas para o nosso debate e, partir delas, discutir exemplos e algumas respostas que vêm sendo formuladas por outros sujeitos, aqui e alhures. Portanto, o que apresentarei são provocações, não receitas ou fórmulas acabadas.

Para começar, *vamos dialogar com a tecnociência institucionalizada?* Aqui, a minha intenção é narrar uma história diferente da ciência ou estabelecer uma relação diferente com a tecnociência.

Há um quadro pintado pelo artista francês Jean Baptiste Debret³, do século XIX, que pode ser visto como uma sátira sobre os botânicos (também chamados naturalistas). É uma representação da época, relacionada à história convencional da ciência, que conta sobre a chegada dos europeus às Américas, à África, e de como os botânicos europeus, nesses territórios, produziram conhecimentos sobre as plantas, os peixes, as árvores. Mas

³ Trata-se de “Negros caçadores retornando à cidade e retorno de negros de um naturalista” (= *Negres chasseurs rentrant en ville et le retour des negres dun naturaliste*), de 1835. A ilustração integra o segundo volume de *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* e retrata cinco homens e uma criança negros, que carregam plantas e animais silvestres, além dos apetrechos característicos dos naturalistas da época, como redes para captura de insetos voadores e prancha de desenho.

podemos ver no quadro: o botânico está ausente, é apenas um visitante no Brasil. São outros, homens negros escravizados ou libertos, os que realmente conhecem as plantas, as árvores e os peixes por aqui.

No ano de 1648, na região Nordeste do Brasil, dois cientistas, Willem Piso e Georg MacGraf, trabalharam com Maurício de Nassau, que era então o governador da porção do Brasil sob domínio holandês. Eles elaboraram a primeira história natural do Brasil⁴. Esse livro apresentou ao público, pela primeira vez, o que eles chamavam “os medicamentos dos brasileiros”. Eles se referiam aos Tupinambá. Willem Piso descreve cuidadosamente cem plantas brasileiras, que eram plantas medicamentosas. Ele descreve também a troca de conhecimentos entre os Tupinambás, angolanos e guineenses escravizados e livres, nos engenhos e nas florestas, nos mocambos e nas aldeias. Piso relata que os africanos ensinaram aos indígenas americanos como usar e preparar gergelim, berinjela e quiabo (*quingombo*), ervas úteis trazidas da Guiné e de Angola para Brasil.

O maracujá ou murucua foi objeto de uma ilustração de José da Costa, ainda em 1590. A fruta e a flor do maracujá eram muito apreciadas pelos povos indígenas da chamada Nova Espanha – hoje América Latina. Outra ilustração antiga, que informa sobre a importância do maracujá é o desenho do Buraco do Tatu, quilombo do litoral de Itapuã, na Bahia. Esse quilombo foi atacado em 1763 pelos portugueses, depois de muitas tentativas frustradas. Após o ataque, um dos soldados desenhou uma planta do quilombo, e nele se vê um plantio de maracujá. Willem Piso ao mencionar o maracujá enfoca as propriedades medicinais da planta, seus usos, como sedativo, antiespasmódico ou no tratamento da hipertensão. Nos séculos XVI e XVIII, o maracujá tornou-se objeto de estudo nos cursos de medicina da Universidade de Cambridge.

Mas o que que faríamos se contássemos a história da ciência de forma diferente?

⁴ *Historia Naturalis Brasiliae* foi publicada pela oficina Elsevier, de Amsterdam, em 1648, tendo sido a principal referência sobre a fauna e a flora brasileiras até o século XIX. Willem Piso e Georg MacGraf se estabeleceram na expedição holandesa de Johan Maurits van Nassau-Siegen, o Conde Nassau.

Uma importante estudiosa de ciência, tecnologia e sociedade, Shiva Jasanoff, nos fala de dois tipos de tecnologias: as da arrogância e as da humildade. As tecnologias da humildade são cada vez mais necessárias, visto que a terra está em apuros. Algumas criações da tecnociência ou o seu mal uso estão causando grandes danos e os sistemas de conhecimento tradicionais e locais estão sendo convocados a contribuir com a resolução dos problemas gerados. É por isso que, há cerca de duas décadas, um importante comitê científico internacional⁵ solicitou respeito ao conhecimento indígena e exortou os cientistas a se familiarizarem mais com esses sistemas de conhecimento. Cabe também dizer que mesmo na África a ciência não poderia andar sem os conhecimentos indígenas. No livro “O que que significa ciência, tecnologia e inovação a partir da África?”⁶, publicado pela Universidade de Brown, buscamos evidenciar isso.

Então, *vamos continuar a dialogar com a política e as políticas públicas?* Aqui, me refiro à política epistêmica, aquela dos conhecimentos políticos e históricos, que os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais estão criando. Existem questões políticas contemporâneas críticas cujo enfrentamento os conhecimentos indígenas e quilombolas podem contribuir e mesmo liderar a construção de alternativas. Quem melhor para discutir os conceitos de soberania, liberdade, território, senão os povos e comunidades tradicionais? Me refiro à potência das ideias contidas no território pesqueiro de Conceição de Salinas ou na Ilha da Maré, no movimento de pescadores e das pescadoras artesanais, dentre outros.

Alguns estudos recentes, em desenvolvimento nas universidades americanas e canadenses, estão levantando uma questão muito séria: como ir além da lógica dos colonizadores, como contar a história do colonialismo, de colonizadores e colonizados, e da escravidão racial, entrelaçados, como realmente ocorreu? Como algumas

⁵ O *International Council Science* (Icsu), reunido em julho 1999, publicou a Declaração de Budapeste, afirmando “que os sistemas de conhecimento tradicionais e locais, como expressões dinâmicas de percepção e compreensão do mundo, podem dar, e historicamente têm feito, uma contribuição valiosa para a ciência e a tecnologia, e que há necessidade de preservar, proteger, pesquisar e promover este patrimônio cultural e conhecimento empírico”.

⁶ MAVHUNGA, Clapperton Chakanetsa (ed.). *What do Science, Technology, and Innovation Mean from Africa?* Brown University, 2017.

comunidades oprimidas, empobrecidas, ignoradas pelos governantes estão se organizando em torno de ideias e práticas para proteger o futuro e apesar dos perigos. Isso, afinal, é uma forma de fazer política pública.

Uma terceira pergunta: *vamos dialogar mais com a arte pública?* Os conhecimentos indígenas e tradicionais deveriam fazer parte das humanidades públicas, inclusive a arte. Na Universidade de Brown eu criei um jardim simbólico dos escravizados, no centro de estudos sobre escravidão e justiça que temos lá. Utilizo, nesse jardim, ideias e conhecimentos ambientais, estéticos e rituais africanos (de descendentes do Congo e de outras regiões da África); também conhecimentos agrícolas, hortícolas, ideias e plantas aprendidas com povos nativos americanos, ou indígenas dos Estados Unidos, bem como outras também dos colonizadores. É uma espécie de contra paisagem, contra a fazenda e contra a casa grande.

Em outra intervenção, uma *assemblage*⁷, criei seis quadrantes para representar plantas da escravidão e a flora da libertação. Então, cada célula representa uma paisagem: a da fazenda trabalhada pelos africanos escravizados nas Américas, tanto do Norte como do Sul. Há, por exemplo, um quadrante com sementes do pau-brasil, do café e representações da mandioca e do açúcar do Brasil. Há também células que representam os quilombos e os cultivos relacionados ao conhecimento africano e à agricultura, às plantas e todo o conhecimento que africanos adotaram no contato com os povos indígenas nas Américas.

Em uma exposição de arte, que ocorreu em *Little Haiti*, na cidade de Miami (2016), o destaque foi dado aos jardins de mulheres caribenhas escravizadas. Novamente, por meio de uma *assemblage*, procurei representar os remédios tradicionais que essas mulheres fazem, bem como as artes culinárias da diáspora. Na exposição havia também

⁷ A imagem da peça, assim como outras citadas ao longo do texto podem ser vistas no vídeo da conferência, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1s7wn8WJ3-4>.

expressões diversas das artes de povos quilombolas de cá e de lá, também de povos indígenas: cinema, pintura etc.

Por fim, a quarta questão que quero lançar: *vamos dialogar com saberes indígenas de outros países?* Aqui quero apresentar rapidamente exemplos da África do Sul, Nova Zelândia e América do Norte.

Na África do Sul, a casa chamada *Vlakplaas* foi uma casa de tortura durante o regime do *apartheid*, em que o coronel Eugene de Kock e as forças contra insurgentes aprisionaram militantes anti*apartheid* e combatentes do movimento de libertação para torturá-los e depois assassiná-los. Dizem que o lugar se encontrava não só deteriorado, mas também danado, com maus espíritos, após esse período.

Quando foi criada a Comissão de Verdade e Reconciliação na África do Sul, o presidente⁸ convidou o povo sul africano a criar lugares, como jardins e parques, para proporcionar a reconciliação no país. Uma das propostas mais interessantes que surgiu nesse período foi a dos médicos tradicionais sul africanos, ou seja, os curandeiros. Eles propuseram a criação de um centro nacional de cura tradicional e reconciliação, onde eles próprios seriam os principais pesquisadores e investigadores, tendo como convidados os cientistas, para colaborar com eles. Nesse centro propunham desenvolver uma noção diferente de ensino superior: um centro sem paredes, para realizar o estudo da vida, articulado com várias ciências, para estudar e pesquisar a cura e a terapêutica indígenas da África do Sul, como um conhecimento sistematizado. Queriam também cultivar plantas nesse terreno e produzir medicamentos a base dessas plantas. Queriam tratar os pacientes com base no conhecimento tradicional - fossem doenças mentais ou do corpo - e promover e desenvolver práticas profissionais multifacetadas de cura indígena.

Outro exemplo é o da ética Maori para o desenvolvimento de bio e nanotecnologias. O povo Maori tem algo muito interessante sobre como estabelecem a genealogia das pessoas, das famílias e comunidades, integrando não só os seres humanos, mas também

⁸ Nelson Mandela. Foi presidente da África do Sul entre os anos 1994 e 1999.

as montanhas, as lagoas, as plantas, rastreando descendências e relações entre os fenômenos vivos, não vivos, materiais e imateriais. Chamam essa concepção genealógica de *whakapaka*. Os Maori conquistaram, por meio do Tratado de Waitangi⁹, a garantia de sua participação nas pesquisas relacionadas à natureza, à saúde, à terra realizadas no país. Então, é uma espécie de modelo cognitivo, baseado no conceito do *whakapaka*. Afinal é como dizer que são pesquisas que envolvem seu próprio sangue, seus parentes. Então, uma pesquisa que envolva a modificação genética de uma planta os afeta de forma direta, dando-lhes o direito de intervir e colocar suas opiniões e contrapropostas.

Por fim, há um novo programa na Universidade de Brown, nos Estados Unidos. Essa universidade que tem quase quatrocentos anos – pela primeira vez tem um programa de estudos indígenas e nativos americanos. Então, começamos neste ano a construir o currículo para esse novo programa¹⁰, que convido a conhecerem.

Essas são as minhas provocações para a insurgência dentro de uma universidade - dentro da Universidade de Brasília se acharem por bem. Vamos dialogar! Um diálogo bem crítico com a tecnociência institucionalizada, criando novas histórias da ciência e insistindo em tecnologias da humildade. Diálogo com e para políticas públicas diferentes, baseando-se em valores e modelos de vida diferentes. Diálogo com as humanidades, incluindo a arte. Diálogo com saberes indígenas de outros países. Obrigada.

⁹ Tratado assinado em 1840, entre representantes da Coroa Britânica e os chefes da Confederação dos Povos da Nova Zelândia, aborda aspectos como soberania, propriedade e uso das terras e bens naturais e cidadania de colonos e os Maori.

¹⁰ Mais informações disponíveis em: <https://www.brown.edu/academics/native-american-and-indigenous-studies/native-american-and-indigenous-studies>.

Célia Xakriabá

Obrigada pelo espaço. É com muita satisfação que adentro nessas águas que atravessam o conhecimento. Porque neste momento não é somente 10 anos do Mespt, não é somente 10 anos do programa de mestrado. É 10 anos de reterritorialização! É 10 anos de ressignificação! É 10 anos produzindo deslocamentos. É 10 anos quilombolizando a universidade! É 10 anos tentando indigenizar o pensamento! Como é que nós fazemos isso?

Nós precisamos pensar o conhecimento, a produção do conhecimento, não somente escrevendo, mas cantando, reencantando e materializando, multiplicando a nossa capacidade de enxergar, principalmente de alargar o conhecimento, a nossa capacidade de enxergar também o invisível, não somente pensando na materialidade. E como fazer isso? Segurando a mão na caneta, sem perder de vista o pisar firme no chão do território. Sem entender a importância da oralidade não é possível produzir deslocamentos. Precisamos segurar a mão na caneta, mas também não perder de vista o sustentar a mão no maracá. Precisamos segurar a mão na caneta, mas não perder de vista o cantar do pássaro, a observação do tempo. Precisamos entender a ciência do território e a ciência da universidade. Como fazer isso? É preciso também continuar cantando¹¹.

Registro a minha solidariedade às milhares de vida que foram perdidas prematuramente para a Covid-19. Não foram somente corpos que foram embora, foram conhecimentos, foram conhecimentos-água. Com esses corpos não foram somente as vozes enterradas, mas principalmente a nossa forma do saber e do conhecer. Mas as milhares de pessoas que foram vítimas da Covid-19 vivem em cada um! Vive em cada voz! Vive em cada dissertação! Vive em cada rio do conhecimento! Vive em cada território que a colonização não conseguiu matar! Vive na UnB quando nós a ressignificamos com a nossa presença! Nós não conseguimos ainda impedir toda forma do epistemicídio, mas nós insistimos na resistência e na transformação da universidade!

¹¹ Nesse momento da conferência, Célia Xakriabá cantou uma música de seu povo.

Eu sou Célia Xakriabá, do bioma Cerrado. Estar na UnB para mim foi uma experiência incrível. Também pensando nesse deslocamento do conhecimento, o território Xakriabá é do povo das águas. Todo mundo que for olhar na internet vai pensar que o território está na margem do rio São Francisco. Mas, infelizmente, só um terço do território original foi demarcado e as pessoas nos perguntam: “E aí, cês sabem nadar? Ué, mas cês não são Xakriabá?” E eu falo que nós só não nos afogamos nesse rio por conta de toda ausência *do que não vivemos nesse rio*. Eu comparo essa ausência do rio a uma mãe que é retirada, é arrancada do direito de amamentar o seu filho. Nós podemos crescer, mas nós crescemos com o trauma por não ter tomado banho no rio. Nós crescemos com o trauma, mais tarde, porque o rio também passou a ser envenenado.

Nessas águas do conhecimento existem duas formas para nós, enquanto juventude que transita no território acadêmico, o território da universidade, o território do pensar, em que se recebe conhecimento. Ou nós somos caixa de água - nós que somos aqui da região semiárida podemos ser também cacimba - ou nós somos aquelas, aqueles que recebem o conhecimento assim como uma chuva grossa, mas que deixa esse conhecimento ir embora. Que estudante, que mestrando que nós queremos ser? Nós queremos ser estudantes cacimba? Mestrandos caixa d’água? Ou nós queremos ser aqueles que apenas deixam a água ir embora? Nós também queremos ser povos que produzem conhecimento, estudantes que produzem conhecimento como água corrente. Mas não falo dessa corrente que prende nosso conhecimento, dessa corrente que mata, mas da água corrente que corre livre. Porque só tem autonomia, só existe descolonização do pensamento se nós tivermos a liberdade de nossos corpos e de nosso pensamento.

Nesse sentido, quais as possibilidades, desafios de a universidade de se transformar pela presença do pensamento indígena e quilombola? É urgente quilombolizar! É urgente indigenizar a universidade! Porque não basta reconhecer os nossos conhecimentos. Não basta reconhecer as nossas narrativas. É urgente reconhecer também nossos conhecedores. Porque meu avô que está ali de 80 anos, ele todo dia vira para mim e fala “Minha neta é mestra. Minha neta vai ser doutora.” e eu falo “Não, vô! O senhor que é doutor”. Porque ele não foi na universidade fazer doutorado, ele não foi porque foi nós

que viemos até ele. Quantos doutores nossos avós formaram? Quantos doutores as parteiras, as benzedadeiras já formaram?

Então, quando nos perguntam como nos sentimos, sendo as primeiras gerações chegando no Mespt, é como uma revolução também, porque estar no mestrado da UnB é um ato revolucionário. E aí quando o geraizeiro chega, quando a retireira chega, quando as mulheres do Cerrado, as mulheres da Caatinga, as mulheres do Amazonas chegam, nossas companheiras de diversas trajetórias, povos e comunidades tradicionais chegamos ali, as pessoas pensam que é somente para produzir o conhecimento. Mas nós chegamos inclusive para questionar esse lugar que também mata o nosso modo de saber. E como pensar isso?

Nós precisamos reconhecer que os 10 anos de Mespt é também uma luta antirracista. Porque não é somente sobre o racismo da presença, é sobretudo sobre o racismo da ausência. Porque ser os primeiros nos faz sentir uma grande solidão. E quantas vezes não nos fazemos a pergunta: por que quando estamos na graduação, quando estamos no mestrado, no doutorado, nós não temos professoras, professores indígenas, mulheres indígenas, mulheres pretas? Nós precisamos fazer essa pergunta urgente, porque ser a primeira não nos faz mais importantes, mas nos dá obrigação redobrada de continuar questionando por que somente agora, em pleno século XXI, nós somos as primeiras indígenas, as primeiras retireiras, as primeiras quilombolas, as primeiras de povos tradicionais na universidade.

E é urgente pensar o amansamento. Na minha dissertação, eu propus o deslocamento da escola, a reterritorialização do pensamento através do barro, do jenipapo e do giz¹². E propus uma reflexão, eu falei que não ia tratar somente de reapropriação da escola, que “os povos indígenas reapropriaram a escola”, porque, na verdade, a escola ela chega como algo bravo no território. E como amansar essa escola, que tenta colonizar os nossos

¹² CORREA, Célia Nunes; XAKRIABÁ, Célia. **O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada.** Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais), Brasília: Universidade de Brasília, 2018.

pensamentos? Todo mundo fica horrorizado com as *fake news* que decidiram as eleições de 2018, mas ninguém sente a mesma indignação diante do absurdo de continuar reproduzindo que quem descobriu o Brasil foi Pedro Álvares Cabral. Nós povos indígenas, nós não somos os primeiros a estar no Brasil, nós somos os primeiros a chegar também. Não existe Brasil sem a diversidade. Não existe Brasil sem a presença e a história indígenas, ou é o Brasil pela metade. Como amansar a escola? Como amansar a universidade? Não é somente sobre o amansamento, como eu propus junto com a minha professora orientadora Cristiane Portela. Hoje eu alargo esse pensamento porque é também um amansamento sobre “o que colocamos depois de uma mente ser desmatada?”. O que ressignificar depois de uma mente ser monoculturada? É urgente reflorestar esses lugares desertificados pelo processo da colonização. Porque a aculturação ela mata. Ela mata não somente o corpo, ela mata o modo de conceber, ela ameaça perder de vista a origem de onde cada um vem.

Nós queremos sair formados da universidade, mas meu desejo maior é sair inteira. E como sair inteira da universidade? Não é somente sobre o ponto de saída e o ponto de chegada. É sobre nós, sobre os 10 anos do Mespt, em que construímos outras cheganças. É urgente construir outra chegança. Em tempos de um adoecimento político e da universidade, é urgente construir outra chegança. Porque é nessa construção de outra chegança que tem as nossas temperanças. Eu aprendo com a universidade não somente pela epistemologia concebida a partir de uma escrita, a partir do rigor acadêmico, mas principalmente porque eu reconheço que nossos territórios indígenas, nossos territórios quilombolas, de povos e comunidades tradicionais, do colocar a mão na terra é também uma epistemologia de cura. É uma epistemologia de cura, mas eu aprendi muito com os meus companheiros mesptianos, entendendo a importância da epistemologia do afeto. As relações também são epistêmicas. A epistemologia do afeto também cura, também ensina. As nossas relações são potentes e precisam ser reconhecidas na sua verdadeira importância.

Se não conseguirmos quilombolizar, indigenizar a universidade, se nós ficarmos frustrados e não conseguirmos indigenizar o pensamento na universidade, o pensamento



que se reflete também nas ementas do curso, só dos outros não mudarem a gente já está bom demais! Porque nós temos um compromisso importante. Não é somente sobre sair de nosso território, é sobre aprender a regressar. Porque os primeiros sapatos que a gente usa para percorrer o chão do mundo não cabem mais, não suportam os conhecimentos coletivo e coletivizado. É sobre fazer ciência a partir do coletivo. É muito importante considerar a ferramenta, a escrita como uma ferramenta de luta, mas sem perder de vista a potência da nossa oralidade. É importante reconhecer. Porque mesmo esse fogo que tenta queimar nossos biomas, Cerrado, Pantanal, Mata Atlântica, Pampa, Caatinga, Amazônia, jamais vai conseguir queimar a nossa memória, o nosso modo de produzir o conhecimento e principalmente as histórias contadas pela oralidade. Nós produzimos conhecimento não somente com nossas mãos, não somente com nossas cabeças. Nós produzimos e escrevemos conhecimento a partir de nossos úteros.

Pensando nessa construção coletiva as pessoas me perguntaram de onde vem a intelectualidade indígena e da mulher indígena, e eu pensei: “Ué! Será que eles pensa que tá num lugar diferente?”. Refletindo sobre essa trajetória, eu imagino que é importante alargar esse modo de pensar a produção do conhecimento, porque nós produzimos também a partir do olhar, do enxergar, nós produzimos ciência a partir do nosso corpo e da nossa corporeidade. Eu só consigo escrever porque nós caminhamos, eu só consigo escrever porque nós fazemos história. E a história não é individual, a história não é solitária, embora exista o racismo da solidão. A história é coletiva, o conhecimento é coletivo. Embora nesses tempos tão sombrios nós não estamos lutando exatamente com a arma borduna, nós estamos lutando com a borduna do pensamento. Estar na universidade é a borduna do pensamento. E as pessoas perguntam “Qual é a luta mais difícil ou menos difícil? É a retomada do território ou é a retomada do território na universidade?”. Para mim não existe luta nem mais, nem menos difícil. Porque se na retomada do território nós enfrentamos os fazendeiros, na universidade nós enfrentamos a segunda geração deles. Se nos mata aqui pelo genocídio, lá nos mata pelo epistemicídio, tentando negar e apagar a nossa forma de produção do pensamento.

A oralidade para mim foi a maior ferramenta de luta. Porque em tempos que tentam matar também a nossa forma de produção do conhecimento, a oralidade são vozes transmitidas, vozes que ecoam e vozes de ensinamento vocalizado. Pensando nisso, eu trago uma história de um mulher Xakriabá, que aconteceu em uma aula da Universidade Federal de Minas Gerais. Perguntaram: “Quanto tempo, dona Libertina, vai demorar para construir essa casa?” e ela falou assim: “Ó! É de um mês, até um mês, até mais que isso. Mas eu tô tão apressada pra ir embora - porque eu nunca saí fora do território - que daqui 15 dias vou trabalhar igual João-de-Barro, de dia e de noite.” E a professora falou: “Não, dona Libertina, a ideia é a senhora ensinar os meninos da arquitetura”. Ela falou: “Mas eu tô tão apressada, porque na verdade as crianças no Xakriabá não fica aprendendo, perguntando desse tanto. Eles aprendem fazendo”. E um dos alunos da arquitetura falou: “Ô, dona Libertina, como é que faz para levantar essa casa? Qual é a medida?”. Ela falou: “Não tem segredo, não. É só duas mãos cheia de barro”. Eles não entenderam essa medida e depois foram perguntar para ela: “Quanto tempo dura a casa?”. Ela falou: “Ué, depende do tempo que foi tirado o barro, a madeira, a lua em que foi tirado. Se foi tirado em uma lua boa vai durar de cinco a seis anos”. E eles responderam: “Ué! Mas não é uma pena essa casa se desfazer? Tá lá na Faculdade de Educação uma casa maravilhosa, um espaço do conhecimento. A senhora não queria que nós, alunos da arquitetura, desenvolvesse uma técnica pra durar a vida inteira?”. Ela falou: “Ah meu fi, é muito arriscoso! Porque a casa precisa se desfazer, porque é o único jeito de eu continuar ensinando pra meus filho, pra meus neto”.

Quantas coisa são feitas para durar a vida inteira? Assim é também quando nós aprendemos a fazer pote de barro aqui na escola indígena, quando aprendemos a fazer cerâmica, não só nos territórios indígenas, nas comunidades quilombolas, a gente fica muito triste quando uma cerâmica quebra. Quando eu aprendi a fazer cerâmica, ficava muito triste na hora de queimar e ela quebrava. Eu tinha vontade de desistir, mas nossos professores sempre falavam que era importante continuar a fazer para aprender e aprimorar os conhecimentos. Aí eu percebi que na verdade quando as pessoas compram uma cerâmica, quando elas carregam uma cerâmica do território Xakriabá e de outros

territórios, não é somente uma cerâmica que está sendo carregada, não é somente o objeto, é a força da subjetividade, mas é sobretudo um pedaço do território. Quando nós transitamos no território da universidade, não é somente um corpo indígena que chega, não é somente um corpo quilombola que chega, não é somente um corpo de uma mulher da Amazônia que chega, mas é sobretudo a capacidade de nós carregarmos um território dentro de nós. Só não se arranca o nosso território porque nós temos a capacidade de brotar muitos territórios dentro de nós.

Para a maioria das pessoas é o prato bom que dá sustança, que alimenta as pessoas, aquele prato colorido. Mas as pessoas não pensam assim sobre o conhecimento, não pensa assim sobre o projeto de sociedade. Toda monocultura ela mata. Tem companheiras que discutem a monocultura da mente, essa monoculturação. Toda monocultura mata e nós mesptianos, nós produzimos deslocamentos, porque o que nós temos sofrido nesses tempos não é somente uma colonização, mas sobretudo uma recolonização programada. Não é somente sobre colonização, mas sobretudo sobre cegueira social, monocular. Toda monocultura mata. Mata o pensamento, coloniza o pensamento, os corpos, mas também tenta colonizar as nossas terras, o nosso modo de pensar o território.

As pessoas perguntam se nós temos livros. Depois de passar pela dissertação, pelo TCC, “Vocês têm livros?”. Eu falo que o primeiro livro que eu li foi meu avô. Os primeiros livros que eu li foram as pessoas mais velhas. “Você produz literatura. Vocês têm livro?” Eu falo que é urgente reconhecer outras formas de pensar produção, especialmente hoje, em que o nosso tempo também é sequestrado. “Você tem livro de literatura?”. Eu falo que antes de pensar a produção do livro de literatura o que nós fazemos é cosmolitura. Antes de pensar literatura é águolitura, é antropolitura, é quilombolitura, é indigenelitura, é povolitura, é ancestralitura, é terralitura, é culturalitura. Porque antes de produzir literatura nós somos o povo que produz litalitura. Como materializar as nossa litalitura? Nós produzimos conhecimento, não somente aquilo que é escrito no papel, mas sobretudo aquilo que é escrito na luta e sobre o corpo de nossas trajetórias. Nesse sentido, o Mespt foi esse caminhar que nos preparou não somente pra formação da

ciência, mas principalmente da consciência. Nenhum governo fascista vai conseguir acabar com a nossa ciência. Porque a nossa ciência ela mora dentro de nossos territórios e nos nossos territórios indígenas.

São muitas enfermidades, são muitos momentos desafiadores, mas eu reconheço que também existe muita potência e muitos caminhos de cura. O conhecimento a partir dos territórios indígenas, dos territórios quilombolas, de povos e comunidades tradicionais, não é somente mais um caminho para pensar a ciência, mas é para pensar a cura do pensamento, a cura da humanidade.

*Há pouco tempo me perguntaram
O que muda com o conhecimento acadêmico?
Para responder essa pergunta
Eu tive um curto tempo,
Então veio na cabeça aquela certa opinião:
Eu tenho medo da mudança,
que eu prefiro transformação.
Porque quando nós vamos pro mundo
damos de cara com outra ciência,
mas importante de tudo,
que é manter nossa essência.
Porque lá tá o perigo que a mudança apresenta.
A mudança retira muito,
mas a transformação acrescenta.
Fui cotista com orgulho
e ainda um dia meus filhos pode ser.
Eu jamais poderia cuspir no prato
que um dia eu pude comer.
Existe a universidade da vida
e uma vida na universidade.
Estar na academia só tem sentido
Se não matar a nossa identidade.
Tentaram nos enterrar,
mas somos mulheres da renascença.
Parem de tentar nos enterrar,
porque nós somos mulheres da resistência.
Nós somos um povo que resiste
nessa luta que nunca termina.
Nós vamos conseguir derrubar o fascista
e também o governo genocida.
Seguimos na luta porque nosso compromisso
é com produção do conhecimento,
mas é sobretudo como segurar a mão na caneta
sem perder de vista o jeito de mexer com a terra.*

Valéria Porto

Boa tarde a todas e todos que nos assistem. Boa tarde, às companheiras de debate. Viva os 10 anos do Mespt. Viva, esses 10 anos de resistência, esses 10 anos de tantos deslocamentos e confluências. É com muito orgulho, muita honra, que eu venho das águas do velho Chico, território do interior baiano, para essa celebração. Temos um objetivo único, que é defender as nossas bandeiras de luta, defender os nossos processos de territorialidade, entendendo que essa confluência entre a academia e o saber tradicional é importante, é central. Este é um momento muito especial também porque estamos aqui entre mulheres de diversos territórios e a gente traz as questões dos nossos fazeres, dos nossos saberes.

Como já foi dito aqui a questão da oralidade é também central. Quando a gente consegue produzir e ver a oralidade ser materializada em um processo em que ela possa ir mais longe, é importante. É um processo revolucionário, quando nós, povos e comunidades tradicionais (PCTs) somos reconhecidos como produtores de conhecimento. Nós trazemos à mesa essa questão da escrita e do necessário processo de descolonização, no sentido de afirmar que a gente também sabe fazer, sabe escrever e produzir do nosso jeito, e isso sem deixar de lado os nossos livros-gente, as nossas matriarcas, os nossos iôis, nossas iaiás, que tanto têm a nos ensinar. E fazer a confluência de dizer que nós produzimos ciência e aprendemos com os nossos também é revolução.

No centro do debate, a questão da ciência: ela está aí para resolver problemas. Mas será que as pessoas já se perguntaram como é que nós sobrevivemos até hoje em nossos territórios quilombolas, com tantas questões por serem resolvidas, questões essas que não foram criadas por nós? Se a gente pensar a questão climática, por exemplo, que é algo hoje central e que está em debate no mundo todo. A gente se encontra, neste momento, em meio a uma pandemia e os nossos territórios estão extremamente vulneráveis. Mas a gente precisa continuar fazendo o enfrentamento. Há todo um sistema opressor que historicamente tentou negar a nossa existência. Então, esse debate ele traz - não só para o Brasil, mas para a América Latina e outras regiões do mundo,



como mostrou a professora Geri Augusto -, a necessidade de um processo de formação diferente, mas também de devolução para a sociedade, de modo que a universidade contribua para um processo mais sustentável e inclusivo.

Então, pensando as instâncias e as distâncias que ainda nos impossibilitam chegar em espaços maiores, que façam com que as nossas vozes sejam ouvidas, é preciso ocupar a universidade. Este é um momento de luta, a luta coletiva de vários povos do Brasil que estão chegando na academia. E, como já foi dito aqui, que não deixam de assegurar os seus elementos particulares, suas armas ancestrais de luta. É a caneta numa mão e com a outra a gente precisa mostrar de onde vem, de que lugar a gente fala. É preciso também estar atentos às armadilhas, se policiar quando se chega nesse espaço chamado academia. Uma companheira, uma grande mulher que é Vilma Reis, diz que a gente não tem que chegar na academia feliz, mas para fazer política, porque a academia é um espaço político, um espaço que pode nos proporcionar construir outros mundos. Eu acredito que a gente vem fazendo isso, com muita resistência e muito sentimento de pertença, muita consciência de quem somos e o que nós queremos enquanto PCTs do Brasil.

São muitas as confluências entre nós, povos de terreiro, quilombolas, indígenas, geraizeiros, fundos de pasto, ribeirinhos. Pessoas que trabalham nos seus territórios. Há uma grande diversidade de ideias e de possibilidades de novas construções entre a gente. Então é pensar o quanto essas construções contribuem para o país. A gente traz essa diversidade para a universidade, mas a gente também retorna para os nossos lugares e procura disseminar o que aprendemos e, assim continuam as confluências, porque elas são necessárias. Cada um no seu lugar, buscando o processo de re-envolvimento para operar as mudanças necessárias.

Se fala muito na construção de novos mundos, então a gente se põe a pensar: “Como? Quais são as estratégias que a gente tem?”. Aonde vamos, levamos um objetivo coletivo, e a gente pensa que esse espaço, a universidade, vai ser transformado a partir da nossa essência, do nosso contexto comunitário. Eu acredito que as comunidades tradicionais,

os nossos processos comunitários nos dão uma base sólida, base que vai proporcionar o tão sonhado e tão debatido desenvolvimento sustentável.

Eu não poderia deixar de trazer também essa questão. Que sustentabilidade nós estamos buscando? Quais são as parcerias? Quais as alianças que nós temos que firmar para de fato efetivar esse desenvolvimento sustentável que nós sonhamos? Que contexto nós temos? Quais são as possibilidades que nós estamos encontrando nos nossos territórios para dialogar e tentar compreender esse momento, em que os nossos territórios têm responsabilidade com a sociedade? É pensar nos processos interativos que garantem o nosso fortalecimento, mas também que nos dá possibilidades de encontrar outros caminhos. Eu acho que é reconexão, essência e fortalecimento para seguir, são as palavras que estão muito no nosso conduzir este momento.

Quando a gente pensa nas nossas áreas, nos nossos modos de produção, nós somos o que comemos. Quando a gente pensa nos nossos corpos, neste momento de pandemia, e que tantas pessoas já foram levadas, então, é momento de expressar nossa solidariedade a todas as vítimas, a todas as famílias neste momento que é desastroso, em que a gente busca esperança e inspiração para continuar fazendo o debate, para continuar fazendo alianças, para continuar acreditando que é possível ter dias melhores. Essa sustentabilidade que eu mencionei anteriormente vem também desse processo de colocar em debate o que a gente pensa, as questões que estão sendo ressignificadas para garantir os nossos territórios. Quando eu disse que eu venho das águas do Velho Chico, eu gostaria de dizer da importância que foi e é, por exemplo, ter aqui representados vários territórios que conseguiram se manter nesse período de pandemia, por meio dos processos produtivos de vazante. Hoje esses processos são reconhecidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como um sistema agrícola tradicional, inclusive inovador porque garante vidas. Como não dizer que são processos nossos, processos que têm sido ressignificados e que têm garantido, de uma certa forma, a sobrevivência de diversas famílias?

A gente insiste no debate, no fazer. É dizer que nós somos, sim, adeptos de inovações sociais, nós conseguimos entender que o momento é crítico e que os tempos de hoje não são os tempos de antigamente. Existe um processo chamado mudança climática e a gente precisa interagir com aquilo que chega de novo, mas que não distorça o que nós já temos, ou seja, estou falando do conhecimento pré-estabelecido dos PCTs. Nós temos muito conhecimento, conhecimento esse que é repassado pela oralidade e que nós hoje estamos pousando também, para colocá-lo no papel.

Os povos têm muito a contribuir com a sociedade brasileira, muito a contribuir com o mundo, a partir daquilo que é resistência, a partir daquilo que é ancestral. Nós não somos povos atrasados. Nós não estamos lá no passado. Nós estamos no hoje, mas trazemos questões sim passadas, trazemos questões ancestrais, para nos ajudar a manter vivos a partir daquilo que se tem hoje. A gente precisa de um espaço descolonizado, de uma academia que siga nos acolhendo, uma academia em que a gente consiga encontrar profissionais diferenciados, que nos acolham e não nos moldem, não queiram nos colocar em caixinhas, mas que entendam, compreendam os nosso conhecimentos, os nossos fazeres em sua totalidade, com toda a beleza e com todo o rigor que muitos dos nossos saberes-fazeres têm, para que algo dê certo, para que algo seja visto, seja aprovado e aprovado por ter consistência.

Este é o papel da ciência, volto a dizer, resolver questões, resolver problemas. Quando um agricultor consegue, lá na sua propriedade, conter uma infestação de pragas utilizando tantos mililitros de um preparado que ele aprendeu para conter insetos, pragas em sua lavoura, e consegue colher o seu feijão e alimentar a sua família, doar para o vizinho e gerar renda, você vai me dizer que isso não é conhecimento? Vai dizer que isso não é resolução de problema? Como esse conhecimento interage com outras questões que estão postas hoje? É só um exemplo para falar desse conhecimento tradicional e como ele interage com o conhecimento acadêmico. Porque são experimentos e essa questão de experimentação exige rigor para ter validade.

Qual agricultor, agricultora que está no campo, enfrentando toda adversidade para conseguir garantir a sustentabilidade e alimentar sua família, consegue continuar tendo esperança e fazendo frente à retirada de políticas públicas? Isso é o que nós estamos vivendo neste momento no Brasil. Retirada de políticas públicas que foram construídas por pessoas que acreditavam em dias melhores, por pessoas que saíam dos seus territórios para se mobilizar, que iam para os espaços para debater e dizer do que estávamos precisando. Então, é um momento difícil, mas em que a gente precisa dizer, a gente precisa botar o dedo na ferida, dizer que somos nós, sim, nós somos base, nós somos formadores. Esse país chamado Brasil, em toda sua diversidade, precisa hoje, mais do que nunca, reconhecer a importância dos PCTs dentro desse contexto construtivo, e ver em que lugar nós estamos, quais as condições em que estamos e porque nós ainda estamos lutando tanto.

Viva todas as lideranças que conseguem, de fato, ainda ter esperança para lutar e conseguem adentrar espaços e tentar fazer nesses espaços novas construções, porque nós temos esperança de formar. Nós queremos muito que as pessoas que não são dos nossos contextos tenham a humildade de ouvir, tenham a humildade de estar nos territórios, de aprender conosco e de fazer desse mundo um lugar melhor para se viver.

Nossos sentimentos, nossa solidariedade, mais uma vez, a todas as vítimas do Covid-19.